

O marxismo como teoria social crítica, a pesquisa e o ensino de história

Fabio José de Queiroz¹ 
Universidade Regional do Cariri, URCA

Resumo: Neste artigo, analisamos o marxismo como teoria social crítica e recuperamos experiências nas quais o legado marxista mostrou-se efetivo como ferramenta nos terrenos do ensino e da pesquisa histórica. Nessa perspectiva, ressaltamos que dificilmente os fatos históricos recentes podem prescindir da teoria e dos métodos de abordagens do marxismo. Para a História, a concepção de Marx parece representar uma ferramenta de ampla utilidade, não apenas no que toca à especificidade do ensino, mas, também, no que concerne ao seu reconhecimento como fator relevante junto à comunidade de pesquisadores.

Palavras-chave: Marxismo; teoria social crítica; ensino de história; pesquisa histórica.

Marxism as critical social theory, research and teaching of history


Abstract: In this article, we analyze Marxism as a critical social theory and recover experiences in which the Marxist legacy proved to be effective as a tool in the fields of teaching and historical research. In this perspective, we emphasize that recent historical facts can hardly do without the theory and methods of approaches to Marxism. For history, Marx's conception seems to represent a very useful tool, not only with regard to the specificity of teaching, but also with regard to its recognition as a relevant factor in the community of researchers.

Keywords: Marxism; critical social theory; history teaching; historical research.

El marxismo como teoría social crítica, investigación y enseñanza de la historia

Resumen: En este artículo analizamos el marxismo como teoría social crítica y recuperamos experiencias en las que el legado marxista se mostró eficaz como herramienta en los campos de la docencia y la investigación histórica. En esta perspectiva, enfatizamos que los hechos históricos recientes difícilmente pueden prescindir de la teoría y los métodos de acercamiento al marxismo. Para la historia, la concepción de Marx parece representar una herramienta muy útil, no sólo en cuanto a la especificidad de la enseñanza, sino también en cuanto a su reconocimiento como factor relevante en la comunidad de investigadores.

Palabras-clave: Marxismo; teoría social crítica; enseñanza de la historia; investigación histórica.

¹ Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará/UFC (2010 e 2016). É professor adjunto da Universidade Regional do Cariri, atuando na graduação e pós-graduação (ProfHistória),  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9851-3423>, e-mail: fabiojosequeiroz@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

É bem possível que muitos considerem a temática neste texto como um enigma já resolvido da história. Acontece que, entre todas as questões postas no campo historiográfico, esta, em particular, parece estar sempre sendo reintegrada aos temas que sugerem novos estudos. Existe uma diferença importante entre a quantidade de trabalhos já publicada e um suposto esgotamento do tema. Disso decorre a proposta de reexaminar os recursos que a teoria marxista tem a oferecer como préstimos ao ensino de História. Por necessidade de exposição, pensamos em destacar como o método, a concepção e o corpo de análise em que consiste o marxismo podem ser úteis ao trabalho do(a) historiador(a).

É no decorrer do último quartel do século XX que as conjecturas em torno de uma nova e derradeira morte do marxismo ganharam amplitudes quase inenarráveis. Analisaremos como essas hipóteses que, em larga medida, apareceram em distintas situações ao longo do século XX, carecem de fundações mais sólidas, pois, muitas vezes, derivam de elaborações apressadas.

Diferentemente do que resulta dessas construções aligeiradas, o que conta é a contemporaneidade que tem marcado a trajetória do marxismo como teoria social crítica. Persiste o hábito de denunciar o suposto anacronismo dos postulados marxistas, mas, à margem dessa obsessão, a realidade segue como referência no sentido de trazer à tona o valor da teoria marxista, que, em não poucas oportunidades, tem sido menos objeto de exames críticos e fecundos do que de certos acentos caricaturescos.

Em compensação, as primeiras décadas do século XXI se mostraram alheias às profecias que alardeavam a morte da concepção iniciada por Marx e Engels no XIX, a qual recebeu novos influxos desde que os dois foram a óbito, respectivamente, em 1883 e 1895.

Eis por que as relações entre o marxismo como teoria social crítica, a pesquisa e o ensino de história reclamam esforços renovados de investigações e intervenções públicas. Contudo, devemos admitir que essa atitude não tem o significado de tomar as posições marxistas como verdades eternas e incontroversas. Nada mais distante de uma teoria genuinamente crítica do que a adoção de um dogmatismo estéril. O que faz do marxismo uma corrente de sensibilidade fundamental para os domínios da história é precisamente o

seu caráter aberto. É uma teoria viva que, de fato, pode acrescentar ao ensino de História os necessários aportes no sentido de seu enriquecimento como corpo teórico e prática social e pedagógica.

2. HÁ UMA TEORIA DA HISTÓRIA EM MARX?

Este estudo exige um item preliminar. Muitos julgam Marx, não como alguém que pode contribuir para a teoria da história, mas como um adepto de uma visão de mundo puramente econômica. Para as vertentes historiográficas que assim pensam, Marx é quase um economista, e um economista da pior espécie, uma vez que veria a história como um simples desdobramento da economia. Usa-se, inclusive, *O capital* para demonstrar a tese do pretenso economicismo marxiano.

É preciso ter cautela com esse tipo de análise, uma vez que, em *O capital*, Karl Marx tratou de demolir as próprias categorias econômicas. Em particular, ele traçou um escrutínio crítico da chamada economia política. Não por acaso, o subtítulo do livro é precisamente “crítica da economia política”. Logo, o desejo de imprimir ao teórico alemão a pecha de reducionismo econômico, de plano, é chamuscado. As categorias de análise marxianas avançam sobre a infantaria da economia política com o objetivo de confrontá-la e não de, com ela, se confraternizar no campo de batalha ideológico.

Nesse sentido, há uma impiedade na análise superficial que se produz em torno do pensamento de Marx, em especial e genericamente nos domínios do marxismo como tradição e prática social. Isso estimulou Thompson a declarar que Marx e Engels “[...] tomaram esta economia política como seu antagonista direto e adentraram suas próprias categorias de análise com vistas a derrubá-la. Foram inevitavelmente marcados pelo confronto.” (THOMPSON, 2012, p. 165).

Uma das heranças ideológicas de Marx é exatamente o confronto com a economia política, que considerava o movimento da história como um trem que encontrara sua derradeira estação no capitalismo. Ao dilacerar o “houve história, não há mais”, característico da economia burguesa, o Mouro ressalta o ponto específico de uma análise em que o método

histórico dialético se mostra como aspecto fundamental de sua linha de raciocínio historiográfico.

Não contentes com essa abordagem em que Marx e o marxismo aparecem como economicistas, os seus detratores não se furtam a estabelecer um nexos insidioso entre as concepções marxistas e positivistas, notadamente com relação ao que seria a sua filiação teórica ao evolucionismo e/ou ao progresso linear, que estariam tanto em uma quanto em outra impostação.

Em sua polêmica com Proudhon, que está no célebre *Miséria da filosofia*, Marx já evidenciara um ponto de vista diametralmente oposto. Pode-se acrescentar, no âmbito dessa explicação, que, na carta que o intelectual e militante alemão escreve a P. V. Annenkov, ele realça esse aspecto de sua análise:

Para o Sr. Proudhon, a história é uma determinada série de desenvolvimentos sociais; ele vê na história a realização do progresso; enfim, acredita que os homens, enquanto indivíduos, não sabiam o que faziam, que imaginavam erradamente o seu próprio movimento, isto é, que seu desenvolvimento social parece, à primeira vista, algo diferente, separado, independente do seu desenvolvimento individual. (MARX, 2020a, p. 53).

Notamos que Marx não só invalida a ideia errônea que “[...] vê na história a realização do progresso [...]”, a qual imortalizou o ponto de vista do comtismo, mas igualmente a hipótese teórica de que os indivíduos são simples joguetes de “[...] uma determinada série de desenvolvimentos sociais [...]” (MARX, 2020a, p. 53). Em outras palavras, o autor de *Miséria da filosofia* reconhece o papel do indivíduo na história. Tanto ele quanto Engels, em mais de uma oportunidade, chamaram a atenção para o fato de que a história não se faz sozinha. São os indivíduos que fazem a história, embora não façam sob condições de sua escolha e, muito menos, de maneira isolada dos grupos e classes. Como isso acontece, Marx e Engels traçam uma síntese nas páginas do Manifesto Comunista: “A história da sociedade, até hoje, tem sido, a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2017, p. 14).²

² Engels corrigiu e ajustou essa passagem, entendendo que ela não seria válida para as sociedades coletivas e comunitárias que marcaram a época humana anterior ao surgimento da propriedade privada.

Aqui, cabe um parêntese. Esse modo de conceber a história, ao longo do tempo, foi sendo aprofundado e enriquecido por inumeráveis autores de matiz marxista, dentre eles Lênin, Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Trotski, Gramsci, Lukács, Henri Lefebvre e Mészáros, só para citar alguns nomes. Neste ponto, parece-nos absolutamente coerente a afirmação de que “[...] um dos aspectos mais característicos da historiografia marxista ocidental contemporânea é a crítica dos esquemas simples e mecanicistas de tipo econômico-determinista.” (HOBSBAWM, 1998, p. 169).

Toda essa complexa elaboração histórica, que marca a historiografia marxista, pelo menos nos últimos 100 anos, tem como gênese a trajetória de 40 anos de trabalho comum de K. Marx e F. Engels. Há quem insista que as obras históricas de Marx e Engels se reduzem aos estudos dos processos de revolução e de contrarrevolução na França, entre os fins dos anos 1840 e o começo da década seguinte. Esse é um equívoco, a nosso ver, visto que há toda uma teoria da história que embasa o conjunto das obras escritas por esses dois autores. E não só uma teoria, mas a sua aplicação, seja em uma obra como *O capital* (Marx) ou *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (Engels).

Trata-se de uma Ciência da História que marca profundamente a concepção marxista de mundo. Tal ciência não se confunde nem com o positivismo, nem com o historicismo e suas variações contemporâneas. É, igualmente, uma teoria, já que esse componente jamais deixou de constar das preocupações marxianas. Até por isso, em um dos vários projetos que desenhou para o livro *O capital*, Marx pensou em um volume (corresponderia ao livro 4) que se intitularia “Contribuição à história da teoria”, conforme testemunha a carta que ele escreveu a Ludwig Kugelmann (MARX, 2020b, p. 192).

Estar atento às interconexões de história e teoria social não é uma prerrogativa exclusiva de Marx e dos marxistas. Na dobra do presente século, Peter Burke (2002), em *História e teoria social*, retoma esse debate e, de certa maneira, descreve os historiadores como seres à procura de uma teoria, o que, de algum modo, implica a constituição de uma zona de confronto com o empirismo que, via de regra, tem grassado no campo historiográfico.

Ao apresentar uma concepção geral do desenvolvimento histórico, sem, todavia, negar as especificidades das análises concretas de situações concretas, Karl Marx nos legou uma teoria da história, não como um sistema fechado e calcificado, mas como um modo

aberto de estudar a realidade e os seus movimentos, fornecendo pistas, indicações e referências fundamentais ao exercício da investigação histórica.

No que tange às críticas à teoria marxista, há um profundo incômodo com a relevância da mudança social como um aspecto inseparável desse corpo teórico. Sem adentrar a fundo no debate dessa questão, observamos também certo mal-estar ao fato de Marx ir além da interpretação histórica, delineando o lugar da transformação social como inerente ao pensamento crítico.

Dessa forma, independentemente da recepção ao modo de Marx tratar a história, parece-nos indiscutível admitir a evidência de uma teoria histórica, não apenas nos seus textos, mas no conjunto da produção intelectual que determina o lugar do marxismo nas ciências humanas, conforme se afigura à luz do debate histórico contemporâneo. É possível identificar em conceitos como os de classes sociais, luta de classes, capitalismo, exploração, práxis e mudança social aspectos inerentes às formulações teóricas que definem o perfil da vertente historiográfica marxista. O problema-chave, provavelmente, esteja nas disputas a respeito de seus usos e desusos.

3. A CONCEPÇÃO MARXISTA DA HISTÓRIA COMO DESAFIO AO PENSAMENTO ÚNICO

O que está em questão, talvez, não é nem o caráter antipositivista e dialético da concepção inaugurada por Karl Marx, que, em larga medida, nos parece demonstrado. O que pode ser objeto de discussão é o seu grau de utilidade para as pesquisas e o ensino de História na atualidade. A esse respeito, Eric Hobsbawm (1988) foi bastante taxativo ao afirmar que “[...] a abordagem de Marx ainda é a única que nos habilita a explicar toda a amplitude da história humana e constitui o mais frutífero ponto de partida para a discussão moderna.” (HOBSBAWM, 1998, p. 168-169).

Não pretendemos sugerir aos docentes e discentes de História algo além disso. A obra de Marx não é uma resposta completa e definitiva aos múltiplos temas que constituem a amplitude da história humana, mas, sem dúvida, as suas pesquisas constituem “[...] o mais frutífero ponto de partida para a discussão moderna.” (HOBSBAWM, 1998, p. 169).

Questões atuais de classe, de gênero, raciais e ambientais não encontram uma solução olímpica e inequívoca nos textos de Marx, mas esses, objetivamente, representam um ponto de largada para investigações que, no terreno historiográfico, lancem luzes sobre todas elas.

É precisamente essa a dificuldade para os autores marxistas, não marxistas e antimarxistas. Uma parte do primeiro grupo toma o marxismo como um estranho saber talmúdico e, por essa via, esteriliza a concepção marxista da história. No extremo oposto, os antimarxistas simplesmente negam qualquer possibilidade de pensar o marxismo como uma ferramenta de uso apropriado no âmbito das ciências humanas. Espremido entre essas duas vertentes, os autores não marxistas oscilam entre os dois extremos.

Ao tomarmos o marxismo como o mais frutífero ponto de partida para a discussão moderna, não apenas vencemos a enfermidade infantil de marxismo dogmático e, portanto, engessado, mas desarmamos a fúria inconsequente dos agrupamentos antimarxistas e aproximamos a concepção materialista da história das pessoas e correntes que hesitam entre os polos antagônicos.

Por certo, o aumento da influência do marxismo nos últimos anos, depois do registro formal de sua derradeira morte, deve-se ao método de tratar a concepção marxista da história na perspectiva há pouco indicada, de caráter vigorosamente aberto, sem, no entanto, se deixar intimidar pelos que tentam não apenas enterrar o marxismo mas disponibilizar o pensamento único como saída, por exemplo, para os enigmas não resolvidos no campo universitário.

É fato que Marx “[...] ele próprio não escreveu muita história tal como os historiadores a entendem [...]”, mas tudo que ele escreveu está “impregnado de história”, como sugere, a nosso ver, corretamente, Hobsbawm (1988, p. 172). É essa concepção de mundo “impregnada de história” que tem o condão de fazer frente ao ramerrão do pensamento único, ossificado, de corte pós-moderno, que, nos últimos anos do século XX e nos primeiros do XXI, tentou cancelar o marxismo como vertente historiográfica.

Vale a pena discutir como esse empenho em estabelecer uma linha de corte monocromático não se restringe à questão acadêmica, uma vez que, na esfera mais ampla da sociedade, uma concepção unívoca buscou também se espalhar e se consolidar,

principalmente depois do chamado Consenso de Washigton (1989), ponto de inflexão para cima do ideário neoliberal.

Do mesmo modo que o marxismo, como teoria da história, buscou confrontar o pensamento único na escala universitária, respondeu igualmente às demandas de um mundo em que o capitalismo só aprofundava as desigualdades à luz de suas crises e de suas políticas de austeridade social, conforme observou-se a partir de 2007-2008.

4. MARXISMO, PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA: UM BALANÇO NECESSÁRIO

Sabemos que o marxismo contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da pesquisa nos domínios da história. E muitos historiadores já enfatizaram a importância do marxismo para o debate acerca do feudalismo, que marcou uma das passagens mais fecundas das investigações historiográficas, no século XX, em torno a essa temática.

A dialética das relações entre dominação imperialista e descolonização na África e na Ásia, em especial depois da Segunda Guerra Mundial, foi desnudada principalmente por autores que, direta ou indiretamente, apoiaram-se no marxismo, seja nas colônias portuguesas da África, no Vietnã, na China ou na Índia.

No Brasil, o marxismo tornou-se um dos meios utilizados para dissecar a colonização europeia nas Américas. Caio Prado Junior analisou o sentido da colonização tomando como referência a concepção materialista da história. Ciro Flamarion Cardoso, com base na concepção marxista, reportou-se à noção de “brecha camponesa”, um trunfo na análise do período colonial no Brasil. Jacob Gorender, partindo igualmente da metodologia marxista, ressaltou o lugar da categoria de escravismo colonial para examinar a dinâmica sócio-histórica do Brasil no intervalo de tempo que se estende do séculos XVI ao XIX. Finalmente, Clóvis Moura trouxe o tema da resistência ativa dos afro-brasileiros para o cerne dos debates historiográficos, apoiando-se criativamente no marxismo para conferir uma genuína inteligibilidade ao que quase sempre parecera certa ignorância quanto ao passado das lutas e sublevações negras.

A afirmação de que historicamente o marxismo levou a cabo investigações que o limitaram às fronteiras do mundo ocidental, em especial, da Europa, não resiste a um exame detido da intervenção do marxismo como teoria histórica em países e continentes efetivos que superam bastante as fronteiras europeias.

Parece evidente que, no caso da América Latina, as contribuições de autores marxistas têm sido vitais no processo de análise concreta de situações concretas que dizem respeito a essa parte do planeta. Não acidentalmente, as formulações teóricas mais fecundas relativas à condição dos países latino-americanos foram desenvolvidas por intelectuais marxistas, destacadamente por Ruy Mauro Marini e seu modo peculiar de pensar a teoria da dependência, cujos impactos nas pesquisas ao redor do tema, inclusive na Europa, são bem conhecidos. Os estudos dos teóricos da dependência latino-americana, a partir dos anos 1960, refletem o quanto o marxismo tem sido útil na renovação do pensamento local.

O segundo efeito da influência do marxismo, nas últimas décadas do século XX, na América Latina, pode ser presentido nas análises de seus teóricos e militantes acerca dos governos militares, de conotação autocrática, que perpassaram a região entre os anos de 1960 e 1980. A obra clássica de René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, em que ele analisa o golpe de Estado de 1964, no Brasil, é exemplar dessa ação frutuosa quanto ao emprego dos métodos e dos postulados teóricos do marxismo para compreensão dos fenômenos latino-americanos. Parece evidente a influência das categorias gramscianas nesse trabalho de reconstituição histórica de grande valor empírico e teórico.

A extinção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a ascensão do neoliberalismo, no quadro mais geral da sociedade, bem como, por inumeráveis mediações, a ascendência, na vida acadêmica, das chamadas teorias pós-modernas, subtraíram esses êxitos anteriormente alcançados e, em certa medida, empurraram o marxismo para uma zona de sombra que marcou a sua localização em fins do século XX.

Essa fraqueza relativa do marxismo, ao adentrarmos ao século XXI, parecia definitiva. No entanto, sob o signo de uma nova crise do capitalismo internacional, de questionamento dos padrões de organização econômica próprias ao neoliberalismo e do ascenso de governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina, e, mais recentemente, de emergência de vertentes neofascistas, uma vez mais o arsenal marxista foi revisitado no

intuito de oferecer uma compreensão e uma reconstituição dos fatos históricos que permearam esse período mais recente da época contemporânea. *O Capital*, de Marx, voltou a circular nos santuários da própria burguesia e de seus ideólogos mais inquietos, e com mais forte razão após a debacle econômico-financeira iniciada em 2007-2008.

Nas salas de aula das escolas e das universidades, nas tipografias, nas livrarias, nas bibliotecas e nos espaços de mídia menos restritivos, o que se viu foi uma retomada de temas, de métodos e de categorias teóricas que, de uma maneira ou de outra, refletiam um resgate de posições por parte de intelectuais e ativistas marxistas, ainda que não se deva absolutizar a reintegração do marxismo aos círculos de pesquisa e de exposição. Em outras palavras: tomemos cuidados com esse processo em que a cultura letrada parece fumar o cachimbo da paz com o marxismo.

Aliás, essa é base da qual partimos, não somente para reclamar um lugar ao marxismo nas pesquisas e no ensino de história, mas para assumir os limites dos progressos alcançados pela concepção materialista da história, considerando os seus usos e infrequências no campo organizado e sistematizado das ciências humanas.

5. MARXISMO, PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA: PROBLEMÁTICAS E PERSPECTIVAS

No caso específico do ensino e da pesquisa nos domínios da História, confirmam-se os cuidados de que falamos há pouco. Aqui, talvez, devamos recordar as palavras doloridas de Marc Bloch: “Somos os vencidos provisórios de um injusto destino.” (BLOCH, 2001, p. 39). Essa expressão cabe perfeitamente para definirmos o lugar do marxismo como teoria e campo de abordagem no âmbito do saber histórico.

Por outro lado, não custa recordar que o marxismo nunca foi hegemônico no campo universitário. Positivistas, historicistas, estruturalistas e liberais, antes, e pós-estruturalistas, depois, de fato, sempre foram hegemônicos nos embates que permeavam o mundo da *intelligentsia* e da cultura institucional. A derrocada do Leste e o empenho dos ideólogos burgueses, razoavelmente bem compensado, para identificar os Estados burocráticos aliados

ao marxismo, seguramente, restringiram ainda mais o raio de ação da teoria marxista, tanto nos movimentos sociais quanto na universidade.

Se, nos movimentos sociais, a noção marxista da revolução proletária foi perdendo adeptos, nas instituições de ensino superior, os modelos mais férteis de pesquisa, fundamentados no marxismo, dentre os quais figurava o de modo de produção, foram sendo descartados como anacrônicos, deterministas e, por conseguinte, teoricamente superados. Em outros termos, a concepção materialista da história teve seu espaço reduzido quase a uma localização de absoluta marginalidade acadêmica e social.

Nesse contexto, a crítica a qualquer forma de racionalidade adquiriu uma desconhecida pujança. A desconstrução de uma cultura apresentada como racionalista, universalista, cientificista, eurocêntrica e iluminista pautou a realidade das pesquisas e dos debates acadêmicos. O marxismo foi arrastado para o coração dessa tormenta e pareceu se dilacerar de modo irreversível como mais uma das tantas teorias de matriz europeia, a qual não daria conta da complexidade de um mundo social que exigiria novos modos de pensar, investigar e reconstruir os fatos históricos. Em alguns casos, a própria crença nos fatos foi abandonada como ultrapassada. Nesse sentido, tudo passou a ser visto como pura invenção. Fugindo a uma análise do real, muitos intelectuais, inclusive alguns que militaram na escola de Marx, enveredaram para a história cultural, contraposta à história social ou econômica. Nesse devenir, era como se essas diversas camadas não constituíssem uma totalidade, ainda que não harmônica e não uniforme.

Constatamos, portanto, que o espaço marxista foi reduzido drasticamente. A formação dos novos professores e pesquisadores universitários tiveram um lugar determinado nesse movimento que conduziu quase à exclusão do marxismo. Não seria demais afirmar que esse fenômeno que, inicialmente, se dá por cima, pouco a pouco se repetiu no ensino, de um modo geral, já como resultado de cursos de formação de professores da rede básica que se regiam pelos novos modelos de entender e escrever a história. Uma nova escrita da história se impôs praticamente imune ao contraponto.

Os inegáveis efeitos dos fatos históricos que marcaram o panorama mundial no período mais recente – a crise global do capitalismo, as repercussões do crescimento da pobreza mundial, o surgimento de correntes negacionistas de extrema-direita e, por último,

a explosão de uma crise sanitária de manifestação pandêmica – trouxeram para o debate, uma vez mais, o espectro do marxismo.

Difícilmente os fatos históricos recentes podem prescindir da teoria e dos métodos de abordagens do marxismo. Para a História, a concepção de Marx parece representar uma ferramenta de ampla utilidade, não apenas no que toca à especificidade do ensino, mas, do mesmo modo, no que concerne ao seu reconhecimento como fator relevante junto à comunidade de pesquisadores. A aceitação do marxismo pareceu renascer menos de um ato gratuito e espontâneo do que propriamente da ascendência de questões da realidade que passaram a cobrar soluções que pouco provavelmente iriam ser encontradas sob a lógica do cancelamento do marxismo como pressuposto teórico e método histórico.

Foi a necessidade de responder aos novos fatos da vida no sentido de não os naturalizar que, de certo modo, permitiu a redescoberta do legado marxista. Então, nesse momento, a proposta pedagógica de atar os fios do marxismo ao ensino de História, não nos parece a simples expressão de uma disputa encarniçada entre modos particulares de lidar com os fatos e de produzir o conhecimento histórico. No decorrer dos últimos 15 a 20 anos, o marxismo demonstrou uma vigorosa resistência às políticas de cancelamento e, junto disso, mostrou-se como uma ferramenta útil ao ensino, à aprendizagem e à pesquisa. Já não parece aceitável a prática nociva de tratá-lo como um modelo antigo e inadequado de se fazer história.

Atribuir uma relevância à diversidade cultural e à ampliação documental e temática no ensino e na pesquisa e, ao mesmo tempo, limitar o estoque de teorias à disposição de docentes e discentes, no início deste século, é verdadeiramente incompreensível.

Em uma visão de conjunto, o marxismo permanece como um instrumento fecundo para o estudo da história das comunidades humanas, notadamente quando sabemos que o capitalismo, objeto de inúmeros trabalhos de Marx e de autores marxistas, continua operando como o enigma não resolvido da história. A análise da vida cotidiana, que tem seduzido uma massa de historiadores e historiadoras, não exclui questões que conduzem ao papel das classes, das desigualdades, da exploração e de outros temas muito caros às reflexões marxianas e marxistas. Se o critério da verdade é a prática, é essa, em última análise, que

legítima o marxismo como projeto habilitado a orientar os trabalhos investigativos e de ensino de História.

É interessante cotejar o contexto histórico anterior à pandemia da covid-19 e o cenário que se descortinou com a eclosão desse acontecimento que, de alguma maneira, refaz o itinerário em torno de problemas como razão, ciência e pesquisa rigorosa, os quais, sem dúvida, voltaram a adquirir minimamente respeito entre intelectuais acadêmicos e não acadêmicos, depois de um período em que foram relegados a uma zona cinza. Divergências à parte, como proponente de uma visão racional de mundo, o marxismo se revigora em um quadro em que a ciência, a racionalidade e o saber sistemático voltaram a ter maior imponência nos debates contemporâneos.

Creemos que não é difícil demonstrar como a vertente marxista tende a desempenhar, em uma visão de conjunto, um ponto de vista crítico diante do fato de que as conquistas da ciência e as excelências da racionalidade potencializam fatores que apontam não para uma redução da pobreza e da desigualdade, mas, inversamente, para o seu recrudescimento. Dito de outro modo: a razão e a ciência, por mais relevantes que sejam, têm limitações que lhes são impostas pelo modo de produção e de apropriação da riqueza. Defrontamo-nos, desse modo, com o fato de que o marxismo, provavelmente, seja o principal instrumento de análise de uma realidade que, ao lume da inteligência humana, corresponde à escuridão das desigualdades que afligem a humanidade.

Isso nos remete aos nossos objetivos essenciais, quais sejam, o de demonstrar que as tradições marxistas, engendradas ao longo de uma trajetória que já ultrapassa a barreira dos 150 anos, não ficaram presas ao tempo que passou, mas, rigorosamente, renovaram-se sob as pressões das mudanças próprias à existência humana e aos seus modos de vida. À medida que as questões de gênero, étnicas, ambientais etc. exigiram os seus lugares nas pautas sociais e universitárias, poucas correntes produziram tanto nessas searas como a escola marxista, embora não devamos tomá-la como unívoca. Silvia Federici, Angela Davis e Michel Lowy, partindo de Marx, não se furtaram em ampliar o horizonte aberto pelo revolucionário alemão.

Federici, Davis e Lowy testemunham o vigor do marxismo e certificam as possibilidades de pesquisas de gênero, de raça e relativas ao meio ambiente, tomando como

referencial o escopo marxista. Ao mesmo tempo, no quadro de qualquer discussão a esse respeito em uma sala de aula, não se pode argumentar que a concepção materialista da história nada tem a oferecer quanto a esses assuntos de indiscutível atualidade.

Um problema semelhante aparece quando o assunto é o debate contemporâneo da América Latina. O marxismo tem demonstrado que os seus conceitos a respeito de temas como imperialismo, dependência, desigualdades em sociedades periféricas e o lugar dos subalternos na luta por hegemonia política são de grande utilidade para entender os processos de conflitos sociais em países vizinhos, embora distintos, como Chile, Bolívia e Venezuela, só para citarmos alguns.

É sob esses pressupostos que se pode entender o Brasil governado pela extrema-direita e sob o signo do negacionismo, cujos desdobramentos práticos são sentidos em muitos episódios, como a conduta genocida do governo de Jair Bolsonaro na emergência pandêmica e seus nexos com o militarismo. Podemos, nesse quadro, projetar uma interpretação da quadra política e social tendo como base artefatos conceituais que, em geral, sempre tiveram fortes vínculos com o olhar histórico dos marxistas, especialmente formulações como as de fascismo, de partidos militares, de hegemonia, de frente única etc.

Em suas mais diferentes expressões, já que se trata de uma tradição teórica reconhecidamente heterogênea, o marxismo mostra, em seus pressupostos básicos e em sua revitalização criativa, ter as qualidades necessárias para responder às demandas que o ensino e a pesquisa em História requerem a um tempo de catástrofes repetidas e explosões inesperadas.

Marx anunciou uma nova escrita da história, mas essa seguiu sendo atualizada e, ao alcançar o século XXI, esse processo de atualização foi acelerado diante da celeridade com que os processos destrutivos foram e vêm marcando os tempos atuais. Longe de parecer uma teoria supra-histórica, o marxismo revelou os seus profundos liames com o desenvolvimento real da história. Dita assim, a questão ratifica a nossa hipótese de que seja absolutamente legítimo pleitear mais e não menos marxismo no ensino de História; mais e não menos marxismo nas pesquisas históricas.

O processo de retomada do marxismo, não só na universidade, mas, igualmente, no devir dos movimentos sociais, foi deflagrado. Se terá êxito, dependerá menos de uma

previsão, otimista ou não, do que do desenvolvimento real das lutas sociais e de seu impacto nos campos do ensino e da pesquisa. Essa chave de interpretação, em larga medida, não está separada de um conceito básico na tradição marxista, o de luta de classes, ainda que esse não tenha sido uma invenção de Marx ou do marxismo.

Aqui, é preciso dizer: independentemente dos resultados mais adiante, não há qualquer motivo plausível que possa ser erguido como um muro a partir do qual o marxismo não possa andar e reivindicar o seu posto, ainda que não de mando, no ensino e nas pesquisas nos domínios da História. Em um tempo em que os obscurantistas de extrema-direita evocam o seu reiterado ódio ao marxismo, deveria o mundo acadêmico e as práticas pedagógicas darem o seu respaldo a semelhante disparate?

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com frequência, comenta-se que o marxismo está superado como teoria, programa e método de análise e reconstrução dos fatos. Ao contrário do que se fala, evidenciamos que a concepção materialista da história, que o define, não só se mostrou útil às pesquisas ao longo do século XX, dentro e fora do Brasil, mas mesmo agora, nas circunstâncias que nos cercam, ela permanece como um guia para estudos historiográficos e o ensino de história. Mais do que isso: o uso especificamente político do marxismo, nas condições das lutas em curso, parece bastante congruente, e, de algum modo, isso vem acontecendo diante de fenômenos socioeconômicos e de disputas ideológicas que grassam na atual etapa da luta de classes.

Desse modo, talvez incomode ainda bastante que o marxismo insista em aliar a interpretação de qualquer fato histórico à prática concreta, não separando teoria e prática, reafirmando o princípio marxiano de que “[...] os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo; diferentemente, cabe transformá-lo.” (MARX, 2007, p. 613). Evidentemente, é preciso estar atento à orientação de Gramsci, segundo a qual “[...] a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico.” (GRAMSCI, 1987, p. 21).

Independentemente disso, a carência de trabalhos históricos que dialoguem com esse enfoque torna menos e não mais fértil o ensino e a prática da pesquisa. A profissionalização

da pesquisa histórica e a qualificação do ensino de História requerem mais do que um tipo de abordagem.

Por certo, o marxismo tem muito a contribuir para o trabalho pedagógico cotidiano em sala de aula e, de igual maneira, para o incremento da pesquisa histórica. Como teoria crítica, ele tem plenas condições de pautar as principais questões do nosso tempo. Nesse caso, supomos que os exemplos que esgrimimos sucintamente ao longo do tempo validam essa hipótese.

Em suma, esperamos que este texto possa se somar a outros e avivar as discussões quanto à necessidade de que o marxismo, vencendo definitivamente a etapa de cancelamento premeditado e consciente, possa favorecer novas abordagens nas alçadas da disciplina histórica e da pesquisa.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da história** ou o ofício do historiador. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução Klaus Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. Tradução de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 611-613.

MARX, Karl. Marx a P. V. Annenkov. In: MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Cartas sobre o capital**. Tradução de Leila Escorsim. São Paulo: Expressão Popular, 2020a, p.52-64.

MARX, Karl. Marx a Ludwig Kugelmann. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre o capital**. Tradução de Leila Escorsim. São Paulo: Expressão Popular, 2020b, p. 192.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organização de Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

Recebido em: 23 de abril de 2022

Aceito em: 23 de abril de 2022

Publicado online em: 23 de abril de 2022